



FACTSHEET MENSAL

SOBRE **DESINFORMAÇÃO NO ESPAÇO DIGITAL**

SETEMBRO 2026

Nota introdutória

O número de casos de desinformação no espaço digital em Moçambique aumentou de nove, em agosto, para 13, em setembro, evidenciando um crescimento da circulação de conteúdos falsos, com implicações na forma como os cidadãos acedem à informação, interpretam os acontecimentos e formam as suas opiniões. Neste contexto, o MISA Moçambique, através da sua unidade de verificação de factos, MISACheck, dá continuidade à publicação do factsheet mensal sobre o estado da desinformação no espaço digital em Moçambique.

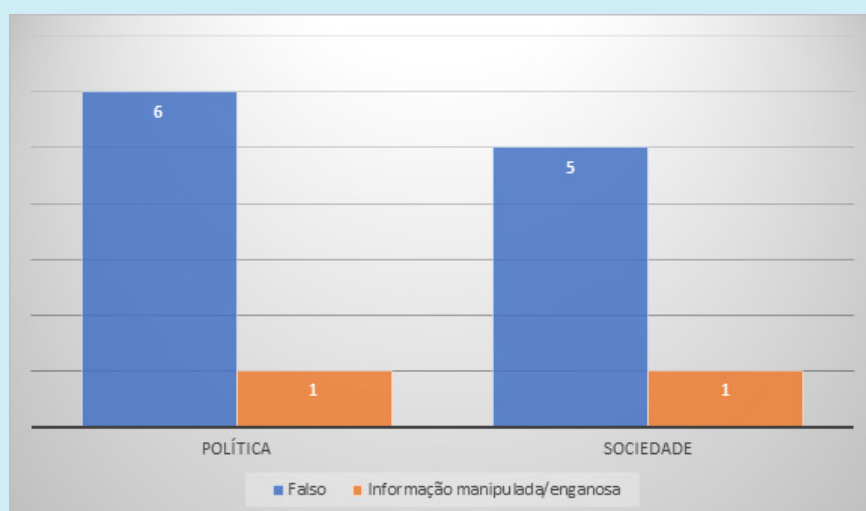
Tal como a primeira edição, esta segunda edição do factsheet mensal apresenta os principais casos de desinformação verificados durante o mês de Setembro de 2026, os seus padrões de circulação e as áreas temáticas mais afectadas. O documento complementa os relatórios trimestrais e anuais produzidos pela Unidade, contribuindo para a sistematização de informações sobre a ocorrência e as tendências deste fenómeno no país.

Metodologicamente, o relatório foi produzido com recurso à recolha automatizada e manual de dados sobre potenciais conteúdos falsos em circulação no espaço digital em Moçambique, seguida da verificação de fontes credíveis, bem como o uso de ferramentas digitais de fact-checking. Os casos confirmados foram posteriormente classificados por área temática e natureza, permitindo identificar os principais padrões observados durante o período analisado.

Principais constatações

Durante o mês de Setembro de 2026, foram verificados 13 casos de desinformação, com incidência sobre as áreas política e social. Do total, 11 foram classificados como informação completamente falsa e dois como informação

manipulada ou enganosa. A política concentrou sete casos, enquanto a sociedade registou seis. O Facebook continuou a destacar-se como a principal plataforma de circulação dos conteúdos desinformativos.



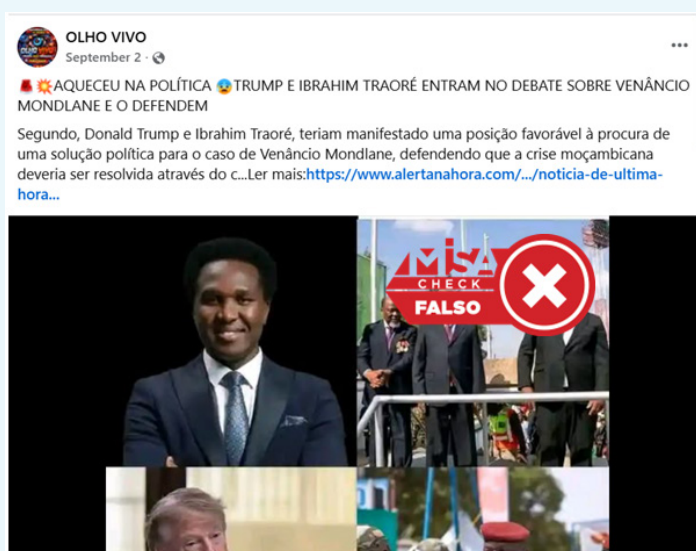
A análise dos casos de desinformação verificados permite identificar uma tendência central: o uso de acontecimentos políticos e dos nomes de figuras públicas para produzir conteúdos enganosos, captar a atenção dos utilizadores e influenciar a interpretação dos factos.

O julgamento do antigo candidato presidencial e actual presidente do partido Aliança Nacional para um Moçambique Livre e Autónomo (ANAMOLA) Venâncio Mondlane constitui um dos principais focos das narrativas falsas, com alegações sobre uma suposta decisão do Tribunal Supremo que o declara inocente e determinaria a indemnização das vítimas dos protestos por parte do Governo; alegados apoios internacionais do presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump e do Presidente do

Burkina Faso, Ibrahim Traoré ao político Venâncio Mondlane; a falsa alegação sobre a possível união entre os partidos RENAMO e ANAMOLA; e o suposto pagamento de 15 mil meticais à jovens para testemunharem contra o político.

Também circulou a alegação de que 17 de Novembro seria feriado nacional em consequência do julgamento, bem como um vídeo antigo de uma entrevista de Mondlane à TV Miramar, apresentado como se tivesse sido gravado em Setembro de 2026. Outra alegação desta área é referente à falsa atribuição de declarações ao antigo Presidente da República de Moçambique, Filipe Nyusi, segundo as quais estaria a ser excluído do processo de tomada de decisões no partido FRELIMO.

Imagem 1: Fotomontagem das alegações sobre área Política.





Na área da sociedade, foram identificadas falsas informações sobre o recrutamento de agentes para o Recenseamento Geral da População (Censo) 2027 e a falsa alegação sobre suposto aumento salarial superior a 10% para polícias e professores. Destacou-se igualmente a falsa informação atribuída ao Governo alemão sobre suposta entrega de três mil motorizadas destinadas a jovens deslocados na província do Niassa.

Ainda na área da sociedade circularam alegações sobre suposta morte do Presidente da República, Daniel Chapo, por atropelamento; alegada libertação do activista social Jota Pachoneia, que continua preso e com julgamento

marcado para 11 de Novembro; e o exagero do número de mortes registadas na praia de Macaneta, na sequência dos acontecimentos no âmbito do feriado de 25 de Setembro, Dia das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), onde a praia de Macaneta, no distrito de Marracuene, registou uma afluência de dezenas de milhares de pessoas. Devido a elevada concentração de banhistas, circularam nas redes sociais informações que davam conta que muitas pessoas haviam perdido a vida. Entretanto, as autoridades municipais esclareceram que foram registadas apenas duas mortes fora do mar.

Imagem 2: Fotomontagem das alegações sobre área da Sociedade.



Considerações finais

Os 13 casos de desinformação verificados em Setembro de 2026, face aos nove registados em Agosto, revelam um aumento da circulação de conteúdos falsos no espaço digital em Moçambique, com particular incidência sobre a política, os processos judiciais, a governação pública e acontecimentos de interesse social. A análise destes casos identificou diferentes práticas de desinformação, incluindo a fabricação de acontecimentos, a descontextualização temporal de vídeos, a atribuição de declarações sem registo verificável, a manipulação de elementos visuais e o recurso ao sensacionalismo.

O julgamento de Venâncio Mondlane destacou-se como um dos principais focos de desinformação durante o período analisado. As alegações sobre decisões judiciais, apoios internacionais, alianças políticas, pagamentos a testemunhas e feriados nacionais ilustram como acontecimentos de grande interesse público podem ser utilizados para conferir relevância a informações fabricadas ou descontextualizadas.

Paralelamente, os casos relacionados com o recruta-

mento para o Censo 2027, os alegados aumentos salariais, a suposta distribuição de motorizadas a jovens deslocados e a suposta morte do Presidente Daniel Chapo mostram que a desinformação abrange diferentes temas de interesse público, incluindo a política, as oportunidades económicas, os serviços públicos e a segurança. Estas narrativas podem influenciar a percepção dos cidadãos sobre a actuação das instituições e a veracidade das informações que circulam no espaço digital. Em particular, a divulgação de formulários suspeitos associados a falsas oportunidades de recrutamento pode expor os cidadãos ao risco de recolha indevida de dados pessoais. A resposta à desinformação exige monitorização sistemática, cooperação institucional, comunicação pública transparente, e investimento contínuo na literacia mediática e digital. O reforço destas medidas poderá contribuir para um espaço digital em Moçambique mais resiliente à manipulação informativa e mais favorável ao acesso dos cidadãos a informação credível, verificável e contextualizada.



Parceiros:

